

Sumário

Agradecimentos	9
Apresentação	11
Comentários à Lei 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso	13
Título I: Disposições preliminares (arts. 1 ^a -7 ^a)	13
Título II: Dos direitos fundamentais (arts. 8 ^a -42)	23
Capítulo I: Do direito à vida (arts. 8 ^a -9 ^a)	23
Capítulo II: Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (art. 10)	24
Capítulo III: Dos alimentos (arts. 11-14)	31
Capítulo IV: Do direito à saúde (arts. 15-19)	33
Capítulo V: Da educação, cultura, esporte e lazer (arts. 20-25)	44
Capítulo VI: Da profissionalização e do trabalho (arts. 26-28)	46
Capítulo VII: Da Previdência Social (arts. 29-32)	48
Capítulo VIII: Da assistência social (arts. 33-36)	52
Capítulo IX: Da habitação (arts. 37-38)	55
Capítulo X: Do transporte (arts. 39-42)	57
Título III: Das medidas de proteção (arts. 43-45)	61
Capítulo I: Das disposições gerais (art. 43)	61
Capítulo II: Das medidas específicas de proteção (arts. 44-45)	62
Título IV: Da política de atendimento ao idoso (arts. 46-68)	64
Capítulo I: Disposições gerais (arts. 46-47)	64
Capítulo II: Das entidades de atendimento ao idoso (arts. 48-51)	66
Capítulo III: Da fiscalização das entidades de atendimento (arts. 52-55)	70
Capítulo IV: Das infrações administrativas (arts. 56-58)	73
Capítulo V: Da apuração administrativa de infração às normas de proteção ao idoso (arts. 59-63)	75
Capítulo VI: Da apuração judicial de irregularidades em entidade de atendimento (arts. 64-68)	78
Título V: Do acesso à Justiça (arts. 69-92)	80
Capítulo I: Disposições gerais (arts. 69-71)	80
Capítulo II: Do Ministério Público (arts. 72-77)	82
Capítulo III: Da proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos (arts. 78-92)	86
Título VI: Dos crimes (arts. 93-108)	93
Capítulo I: Disposições gerais (arts. 93-94)	93
Capítulo II: Dos crimes em espécie (arts. 95-108)	95
Título VII: Disposições finais e transitórias (arts. 109-118)	110

Dispositivos da Constituição Federal	114
Dispositivos do Código Penal	122
Dispositivos do Código de Processo Penal	127
Dispositivos do Código Eleitoral	128
Dispositivos do Novo Código Civil	129
Lei 6.437/77. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas	131
Dispositivos da Lei 7.210/84. Institui a Lei de Execução Penal	142
Dispositivos da Lei 8.742/93. Dispõe sobre a organização da Assistência Social	143
Decreto 1.744/95. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei 8.742/93	145
Lei 8.842/94. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso	152
Decreto 1.948/96. Regulamenta a Lei 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso	157
Lei 8.926/94. Torna obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos	162
Lei 9.265/96. Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania	162
Lei 9.656/98. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde	163
Lei 9.784/99. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	180
Lei 10.048/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica	191
Lei 10.173/2001. Altera a Lei 5.869/73 – Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos	192
Decreto 4.227/2002. Cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI	193
Decreto 5.130/2004. Regulamenta o art. 40 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)	195
Portaria do Ministério da Saúde 280/99	198
Resolução do STF 213/2001. Dispõe sobre a concessão de prioridade na tramitação de procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos	199
Guia de cidadania do idoso	200
Bibliografia	206